

Uma análise aos factores básicos para a criação de um Centro Financeiro em Macau*

*Lin Deqin** Leung Chung Sing****

I. Preliminares

Como deverá Macau diversificar a sua economia? Já faz tempo que este tópico é alvo de vivos debates. Em 2017, o Governo da RAEM indicou, no Relatório das Linhas de Acção Governativa, o objectivo de “cultivar o desenvolvimento de novos sectores, dando impulso à diversificação económica”. Chegados ao presente, em especial com o impulso dado à criação da Região da Grande Baía, a meta para desenvolver a economia local foi reelaborada. As “Linhas gerais do plano de criação da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, publicadas em Fevereiro de 2019, definem um papel específico para cada cidade envolvida na RGB, determinando um conjunto de medidas a serem cumpridas pelos departamentos públicos em questão, com seriedade e direcionalmente. No que se refere a Macau, as “Linhas gerais” declaram que terá a função de “Um centro” (Centro mundial de turismo e lazer), “Uma plataforma” (Plataforma de serviços para a cooperação económico-comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa), “Uma base” (Base de intercâmbio e cooperação, definindo Macau como um local de convivência entre diversas culturas, tendo a chinesa como predominante)¹. Com o desenvolvimento da Região da Grande Baía, será atribuído um papel económico peculiar a cada uma das integrantes da iniciativa. Assim, enquanto cidade fulcral de serviços da RGB, Macau tem a missão urgente de ajustar a estrutura produtiva existente, admitindo a necessidade de impulsionar o projecto de integração regional e aumentando a sua força de atracção.

* O presente texto é a segunda parte do resultado parcial de um projecto de investigação realizado pela Universidade da Cidade de Macau (2018/2019) e apoiado pela Fundação Macau – “Investigação sobre os factores de desenvolvimento de um sector financeiro em Macau” (Código: MF 1827).

** Professor-auxiliar do Departamento de Finanças da Universidade da Cidade de Macau

*** Professor-auxiliar do Departamento de Comércio da Universidade da Cidade de Macau

¹ “Linhas gerais do plano de criação da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, publicadas pelo Comité Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado, 18/2/2019, pág. 11.

O sector financeiro permite uma elevada agregação de valor. No que diz respeito ao desenvolvimento local, ele tem influência sobre o desenvolvimento económico e a estabilidade social como um todo. Enquanto centro de distribuição de um imenso volume de capital, qualquer governo se esmera para criar o seu próprio sector financeiro. Uma das principais condições para desenvolver um tal centro é deter amplos recursos, o que justamente é algo que Macau possui. Logo, dado o tema da diversificação económica, vale a pena discutir o problema de como transformar Macau num centro financeiro com características próprias.

Se tivermos em conta a situação das economias nas adjacências de Macau, damo-nos conta de que há alguns centros financeiros internacionais a crescerem celeremente. Por isso, é necessário que Macau esteja atenta aos factores mais importantes para o desenvolvimento desses centros e que não se poupe a esforços para criar um ambiente financeiro propício, preparando-se para oferecer serviços financeiros peculiares, desenvolvendo o seu sector de maneira sobreposta e concomitante aos outros centros regionais², assim deixando a sua marca no sector financeiro internacional.

Ainda sobre o contexto regional, há alguns centros financeiros que se encontram nas primeiras posições em termos mundiais. De entre as experiências que se coadunam com o teor do presente estudo, destacamos as de Singapura, de Hong Kong, de Xangai e de Shenzhen. Durante a realização desta investigação, descobrimos que o desenvolvimento de cada um destes centros possui a sua própria especificidade, além de, naturalmente, apresentarem alguns elementos básicos comuns. Por tal motivo, depois de discutirmos cada um dos elementos básicos necessários para o desenvolvimento de um sector financeiro, também debateremos a situação actual de Macau em diversas áreas, tais como a sociedade, a economia e a cultura. Assim, estudaremos o problema de como criar um tal centro em Macau, tentando oferecer sugestões práticas e eficazes.

² “Desenvolvimento sobreposto” é um modelo de desenvolvimento particular, determinado por vantagens únicas numa situação de competição. A estratégia é utilizar essas vantagens para compensar as desvantagens, prevalecendo mesmo numa situação competitiva.

II. Condições básicas para a criação de um centro financeiro em Macau

Há vários centros financeiros de renome em redor de Macau. De entre esses, Singapura, Hong Kong, Xangai e Shenzhen são experiências que merecem estudo por parte de Macau. Embora os quatro centros se encontrem internacionalmente na dianteira, tendo grande competitividade, na prática, cada um deles tem as suas próprias características. Ao observarmos a história do desenvolvimento desses centros, cada um deles formou-se com base num conjunto de peculiaridades, criando as suas próprias notas distintivas. Em primeiro lugar, enquanto centro financeiro internacional, o mercado de acções tem um papel indutor para Hong Kong. A negociação de títulos permitiu a Hong Kong agregar ainda mais riqueza, acelerando a circulação de capitais no seu mercado financeiro. Adicionalmente, existe uma concentração relativamente elevada no sector bancário, no qual o capital estrangeiro tem uma posição determinante. Devido a isso, Hong Kong pôde agregar um volume representativo de capital ao seu mercado. Singapura também é um centro financeiro importante na Ásia. Embora o seu desenvolvimento tenha alguns pontos em comum com Hong Kong, também possui traços distintivos. Tal como Hong Kong, Singapura possui um mercado independente de títulos, com muitos bancos fundados por capital estrangeiro. Considerando que Singapura possui um regime regulatório governamental diferente, pode dizer-se que o seu sistema é mais frouxo, dando a possibilidade de negociações mais livres, o que lançou as bases para se conectar com outros centros internacionais. Xangai, enquanto principal centro financeiro da China, possui a primeira bolsa de valores do país, na qual a negociação de títulos exerce protagonismo. Xangai é beneficiada por uma localização geográfica e perfil histórico singulares, pelo que muitas empresas de capitais estrangeiros decidiram criar ali filiais, acumulando recursos de vulto que alimentam o mercado financeiro local. Ademais, o sistema regulatório governamental é muito rigoroso e completo, garantindo uma boa disciplina ao funcionamento do mercado. Por fim, desde a adopção da política de Abertura e Reforma, Shenzhen foi beneficiada com um célere crescimento económico, o que aumentou continuamente a escala do seu mercado. Por um lado, o governo estimula a inovação científico-tecnológica e empresarial, dando forte impulso à importação de recursos de ponta, oferecendo muitas condições favoráveis ao mercado financeiro local; por outro, Shenzhen é vizinha de Hong Kong, como vimos um grande centro internacional, o

que lhe permitiu absorver muitas experiências. A criação de uma bolsa de valores em Shenzhen foi consequência do amadurecimento do seu mercado financeiro, sendo um importante factor para elevar seu estatuto.

Devido à análise exaustiva feita às características de cada um dos centros financeiros internacionais, descobrimos que o desenvolvimento desses quatro casos é inseparável dos critérios referidos pelo Índice dos Centros Financeiros Internacionais (sigla em inglês GFCI)³. Nos últimos anos, sob influência da avaliação do GFCI, cada um deles instituiu políticas de reforma direccionadas, mediante as quais foram envidados esforços para oferecer serviços financeiros com características próprias. Por tal motivo, se Macau estiver disposta a criar um centro financeiro peculiar, pode iniciar uma discussão ordenada dos critérios do GFCI e, a partir daí, lançar-se na obra de prestar os seus próprios serviços.

Se analisarmos os *rankings* obtidos ao longo dos anos através das avaliações e análises feitas pelo GFCI sobre os mercados financeiros internacionais, há cinco tipos de critérios fundamentais, a saber: ambiente de negócios, capital humano, infra-estruturas, nível de desenvolvimento do sector financeiro e reputação. O GFCI utiliza-os para avaliar e definir o *ranking* dos centros financeiros internacionais. Ao analisarmos a história e características do desenvolvimento dos centros financeiros asiáticos em Singapura, Hong Kong, Xangai e Shenzhen, não é difícil perceber que Macau já possui, em princípio, parte dos elementos fundamentais acima citados. Porém, há ainda mais pressupostos que Macau deve aperfeiçoar. Como já acima dissemos, de momento, os mais importantes elementos gerais a serem aperfeiçoados em Macau para o desenvolvimento de um centro financeiro são o ambiente de negócios, os recursos humanos, as infra-estruturas, o nível de desenvolvimento do sector financeiro e a reputação. Assim, a criação de um centro financeiro em Macau exige que se dê prioridade a estes cinco elementos.

³ O Índice dos Centros Financeiros Globais (sigla em inglês GFCI) é o índice que actualmente goza de maior autoridade para aferir a competitividade dos centros financeiros globais, tendo precioso valor de referência para o estudo de políticas e decisões de investimento. Além do mais, o sector financeiro mundial dedica-lhe grande atenção. Os dados para o seu cálculo são compilados pela instituição “Long Finance”, criada em 2007 pelo “think tank” britânico Grupo Z/Yen, filiado no Gresham College (Londres). Logo no ano da sua fundação, o “Long Finance” publicou a primeira lista dos centros financeiros mundiais, não apenas disponibilizando o ranking em si, mas também analisando em detalhe a competitividade dos mesmos.

1. Ambiente de negócios

O ambiente de negócios envolve, principalmente, os controlos macro-económicos, o aperfeiçoamento do regime tributário, o complemento do sistema regulatório, entre outras medidas. No que se refere ao ambiente de negócios, Macau é uma zona alfandegária livre, o que significa que possui poucos tipos de impostos com baixa carga tarifária. Porque o sistema tributário de Macau é leve, com um ambiente político bastante ordenado, será de esperar que possa atrair muitos investidores. Contudo, em comparação com outros centros financeiros, o ambiente de negócios de Macau ainda não dispõe de um marco regulatório específico. Não existem, em consequência, mecanismos detalhados para a prevenção e o controlo de riscos; além disso, também não existe um regime legal estabelecido para a supervisão financeira e para a localização das instituições, nem mesmo uma disciplina do seu funcionamento.

Por tais motivos, Macau deve criar, em primeiro lugar, um sistema regulatório para o seu sector financeiro, efectuando supervisão com vigor, ordenando-o com seriedade. Importa estar atenta aos ajustes macro-económicos necessários, incentivando a estabilidade do mercado financeiro.

2. Recursos humanos

No que se refere aos temas da disponibilidade de recursos humanos especializados, da flexibilidade do mercado de trabalho, do desenvolvimento da educação, da qualidade de vida, etc., Lin Junguo já havia indicado que, para o desenvolvimento do sector financeiro de Macau, se torna necessário encorajar a cooperação entre as autoridades monetárias de Macau e de Hong Kong⁴. É importante utilizar as condições favoráveis oferecidas pelo centro financeiro internacional de Hong Kong, no sentido de fazer avançar o sector financeiro *offshore* de Macau e, ao mesmo tempo, formar recursos humanos financeiros locais. Por exemplo, fundamentados nas características da estrutura produtiva de Macau, Chen En e Huang Guiliang⁵ propuseram que a diversificação adequada dos sectores

⁴ Lin Junguo, “As principais características de Macau como centro financeiro e políticas para o seu desenvolvimento,” *Technology and Industry Across the Straits*, 2001(14), págs. 30-31.

⁵ Chen En, Huang Guiliang, “Uma discussão sobre a estrutura sectorial de Macau e dos caminhos para a sua diversificação adequada,” *Industrial Economic Review*, 2012, págs. 95-103.

económicos fosse uma forma de otimizar a distribuição dos recursos humanos locais, uma medida estratégica vocacionada para dar impulso ao *upgrade* do modelo económico ou a sua transformação. No modelo de avaliação disponibilizado pelo GFCI, os recursos humanos também estão incluídos entre os principais critérios para definir a situação dos centros financeiros. Por tal motivo, a formação intensiva de pessoal também se tornou um dos elementos indispensáveis ao desenvolvimento de tais centros.

Como regra, os recursos humanos do sector financeiro compõem-se de duas categorias: administrativa e técnica. Além disso, o funcionamento de um mercado financeiro depende do apoio de profissionais técnicos tais como juristas, contabilistas, etc. Na realidade, Macau não possui muitos profissionais da área financeira, faltando, e muito, massa crítica para satisfazer a procura que um centro dessa natureza exige. Por esse motivo, o governo da RAEM deve estabelecer, como prioridade, formar mais recursos humanos, ao mesmo tempo que se deve esforçar por atrair profissionais do exterior. Desta maneira, é possível garantir a entrada em funcionamento e o desenvolvimento do mercado financeiro local. Obviamente, deve ser atribuído o mais elevado valor ao capital humano de Macau.

3. Infra-estruturas

As infra-estruturas são algo que o governo da RAEM sempre se esforçou por aprimorar. No que se refere às infra-estruturas específicas de comunicação e de informação, contudo, o seu desenvolvimento revelou-se demasiado lento. No entanto, desde o ano 2000 que o governo da RAEM agiu para abrir o mercado de telecomunicações, introduzindo novas operadoras de telefones. Em 2012 foi promovida a abertura do mercado de telefones fixos, com a captação de investidores externos, o que contribuiu para o crescimento desse sector em Macau. Porém, dado que ainda há poucos fornecedores, são necessários novos desenvolvimentos.

Com a finalização da Ponte HKZM (Hong Kong-Zhuhai-Macau), as infra-estruturas de transportes de Macau passaram por novas melhorias. A redução das distâncias trouxe benefícios para os transportes, com a diminuição dos custos. É de destacar também o avanço integrado da circulação de bens, de pessoas e mesmo de capitais e informações. Isso favoreceu o renovado desenvolvimento económico local. No que concerne às facilidades na passagem das fronteiras em Macau, também se verifi-

caram esforços para reduzir ou dispensar procedimentos excessivamente complexos ou morosos. Medidas voltadas para resolver as dificuldades de passagem para Hengqin ou para reduzir o fluxo de pessoas nas Portas do Cerco, também estão a ser implementadas paulatinamente.

As comunicações desempenham um papel de orientação e apoio ao funcionamento de um centro financeiro. Elas podem dar uma direcção às operações do mercado, disponibilizando informações para que os investidores possam tirar conclusões sobre as suas tendências. Assim, a abertura e a liberalização das informações é um pressuposto para a criação de um centro financeiro. Sob a política “Um país, dois sistemas”, a RAEM sempre foi capaz de permitir o livre fluxo das informações. Actualmente, o governo está a encorajar a inovação científico-tecnológica, dedicando-se à implementação de uma “Cidade inteligente”. Essa política envolve cinco campos, nomeadamente, transportes, energia, assuntos municipais e comunidades. Adicionalmente, isso também ajuda a encorajar a circulação plena das informações. Se nos referirmos à história do desenvolvimento dos centros financeiros “NY-Lon-Kong” (Nova Iorque, Londres e Hong Kong), todos se converteram naquele tempo em centros difusores de informações muito importantes mundialmente, considerado o alto nível de desenvolvimento que possuíam. Tal facto comprova, mais uma vez, que o desenvolvimento de um centro financeiro não prescinde do apoio das indústrias da informação, com o que mantém uma relação de complementaridade e reforço mútuos.

Por outro lado, Macau ainda deve ter força para criar outras infra-estruturas, tais como estabelecimentos financeiros, melhoria das suas instituições regulatórias, ligações aéreas, etc.

4. Nível de desenvolvimento do sector financeiro

Um centro financeiro é, fundamentalmente, um centro de distribuição de capitais de larga escala. Desta forma, é inegável que os capitais são um importante fundamento para que as instituições financeiras possam operar. Havendo escassez de capital em circulação, não há condições para desenvolver um centro financeiro. O especialista em questões monetárias internacionais, Charlie Kindleberger, afirmou em 1978 que um centro financeiro é uma área em que instituições financeiras exercem o seu papel de reserva de valor e de intermediação. Logo, para desenvolver um centro financeiro, a primeira condição é existir liberdade de entrada e saída de capitais.

Se comparada com o mercado financeiro de Hong Kong, percebemos que a estrutura sectorial de Macau é pouco diferenciada. Por esse motivo, nos últimos dois anos, o governo da RAEM começou a empenhar-se em desenvolver o chamado sector financeiro “com características locais”, concentrando-se em duas vertentes principais, as chamadas “finanças verdes” e a gestão de investimentos. No movimento em direcção a um mercado mais diversificado, o centro financeiro haverá de exercer um efeito cada vez maior, atraindo cada vez mais capitais. Futuramente, com a entrada gradual e ordenada de mais recursos no mercado local, será possível acumular ainda mais riqueza.

Para promover um desenvolvimento saudável, qualquer sector financeiro necessita de preservar, efectivamente, a circulação, garantindo a acessibilidade ao capital, alargando e aprofundando os seus *clusters* industriais, etc. Desta maneira, para que Macau também possa desenvolver um tal sector “com características próprias”, deve certificar-se sobre se essas condições básicas estão presentes.

No entanto, Macau ainda se encontra no estágio inicial de satisfação deste critério, sendo necessária mais atenção do governo a este ponto.

5. Reputação

Com as melhorias verificadas no ambiente comercial local, a imagem e reputação de Macau também avançaram. Somando ao desenvolvimento célere da economia mundial, Macau não parou de absorver as experiências internacionais de gestão e de desenvolvimento do sector de capitais, tendo-se servido da reputação comercial das empresas transnacionais de jogos de azar para melhorar a sua marca no plano mundial.

As estatísticas⁶ indicam que, em 2018, o PIB local era de 440.316 milhões de patacas, com um valor *per capita* de 666.893 patacas. Chegando a 2018, o PIB *per capita* de Macau já era o terceiro do mundo. Desde o retorno à Pátria, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente, retirando do facto grandes benefícios para a sua reputação. Como centro turístico internacional famoso no plano internacional, a qualidade do sector dos serviços tem reflexos directos sobre o número de visitantes. Os dados apontam que, em 2018, um total de 35.803.663 turistas visitaram

⁶ PIB de Macau 2018, DSEC, 2018

Macau, um crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior. Desses, o consumo total (excluído o jogo) chegou a 69,69 mil milhões de patacas, um crescimento de 13,6%⁷. O governo da RAEM dá grande valor ao desenvolvimento do turismo, estando atento à melhoria da qualidade do sector dos serviços, esforçando-se também por fazer ajustes direccionados.

No entanto, o que tem uma influência real sobre o desenvolvimento de uma cidade é sua política e a sua economia. Embora o quadro político de Macau seja muito estável, o facto de a sua estrutura económica ser pouco diferenciada, certamente que tem reflexos sobre o desenvolvimento local. Se tivermos em mente a história de Macau, não se pode dizer que a cidade nunca tenha realmente passado por dificuldades; é que o governo seguiu uma estratégia de ajuste adequada àquelas situações, por exemplo alterando a estrutura produtiva, a distribuição dos recursos humanos, etc. Deste modo, foi possível criar novas fontes de competitividade para Macau.

Em resumo, criar um centro financeiro “com características próprias” em Macau é uma tendência necessária para otimizar e fazer um *upgrade* da economia local. Nesse sentido, vemos como factores produtivos indispensáveis a manutenção da liberdade e a abertura das informações, a aceleração do desenvolvimento das infra-estruturas básicas, a garantia da livre circulação de capitais, o aperfeiçoamento dos regimes regulatórios e a formação de recursos humanos para actuarem no sector. Além disso, Macau deve ainda tomar como referência a experiência do desenvolvimento de certos centros financeiros asiáticos. Sob a premissa da implementação das políticas da “Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e da “Faixa e Rota”, é imperativo otimizar activamente o modelo de desenvolvimento sectorial de Macau, transformando a cidade, com a urgência possível, num centro financeiro internacional.

Para realizar o objectivo da criação de um sector financeiro em Macau, é muito importante criar um ambiente propício, um dos problemas a que o presente texto está particularmente atento. As “Linhas gerais do plano de criação da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” determinam claramente que Macau deve envidar esforços para criar uma “Plataforma de serviços para a cooperação económico-comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Além disso, no processo do estabelecimento do seu centro, Macau tem que fazê-lo de forma concomitante e sobreposta a Hong Kong e ao interior da China,

⁷ Estatísticas do Turismo de Macau 2018, DSEC, 2018

podendo, quem sabe, até mesmo criar uma plataforma de serviços financeiros China e Países de língua portuguesa. Em relação às dificuldades advindas da estrutura económica pouco diferenciada, vem em bom tempo o papel atribuído a Macau no contexto da RGB, o que refina os planos para o desenvolvimento de Macau, conferindo-lhes objectividade, sentido prático e especificidade.

III. Análise da situação actual do sector financeiro em Macau

Desde a liberalização do jogo, por volta de 2002, que o sector viveu um célere crescimento sob o regime de competição limitada, induzindo um avanço, igualmente vigoroso, do nível económico geral. Isso proporcionou a elevação da qualidade de vida da população e o aumento do nível das poupanças. Entre 2012 e 2018, o PIB *per capita* de Macau cresceu de 134.181 patacas para 666.893. Ao mesmo tempo, o valor agregado das poupanças aumentou de 96,906 mil milhões de patacas para 635,431 mil milhões. Outras estatísticas demonstram que, desde 2002, não apenas a escala total da economia, mas também o nível de vida da população fez grandes avanços.

1. Influência do sector do jogo

Ao mesmo tempo que fez a economia descolar e melhorou o nível de vida da população, o crescimento frenético do sector do jogo criou alguns novos problemas. O primeiro deles foi o estatuto hegemónico que o jogo assumiu na estrutura económica local, o que implicou certos riscos para o funcionamento da economia. Em particular, desde 2014, sob uma política regulatória mais rígida, os proventos do jogo sofreram uma forte queda, com 20 meses de contracção consecutiva das receitas. No 2.º trimestre de 2016, o PIB trimestral de Macau caiu para 83,433 mil milhões de patacas, o mais baixo desde o 3.º trimestre de 2012. Percebe-se, assim, que a hegemonia do sector do jogo produziu uma dependência excessiva, bem como riscos no funcionamento da economia local.

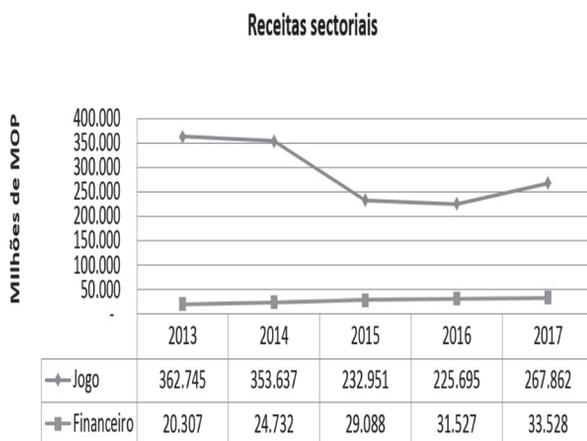
É bem verdade que o crescimento acelerado do sector do jogo também trouxe uma certa medida de desenvolvimento para Macau. Tomando o sector financeiro como exemplo, entre 2002 e 2017, as empresas a actuar nesse ramo subiram para 73. Entre 2008 e 2017, a percentagem

de crescimento atingiu o patamar de 7%, enquanto o sector passou a responder por 8,94% do PIB local. Apesar de já se ter tornado o 4.º mais importante, apenas atrás dos sectores do jogo/junkets, do imobiliário e da construção civil, ainda se encontra muito abaixo do patamar do pilar económico de Macau (49,1%)

De maneira a prevenir os efeitos adversos da dependência excessiva, é de incentivar o desenvolvimento saudável de outros sectores. Por esse motivo, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano de 2017, estipulou-se a meta de “promover o desenvolvimento de novos sectores, dando impulso à diversificação adequada da economia”. Por meio da “construção de uma plataforma de serviços financeiros para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, deve encorajar-se o desenvolvimento de um sector financeiro “com características próprias”, por exemplo, dando impulso ao sector dos capitais e do *leasing* financeiro, reforçando o apoio às empresas envolvidas para que ofereçam serviços de gestão de investimentos, entre outros.

Ora, reconhecendo-se o pressuposto de que a economia de Macau está excessivamente dependente do sector do jogo e de que o governo está disposto a criar um sector financeiro “com características próprias”, realizando assim a diversificação adequada da economia, há uma certa urgência (e até visionarismo) em estudar os factores para a implantação desse sector. Assim, o gráfico 1 compara as receitas dos sectores do jogo e financeiro.

Gráfico 1: Comparação das receitas dos sectores do jogo e financeiro



Fonte dos dados: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau (DSEC)

Se utilizarmos os dados da DSEC para analisar as receitas sectoriais, notamos que, em 2017, o jogo e serviços relacionados atingiram o patamar de 267,862 mil milhões de patacas, face a 225,695 em 2016, ou seja, um crescimento de 18,7%. Já o sector financeiro até 2017 manteve-se no nível de 33,528 mil milhões de patacas anuais. Perante estes números, não é difícil de perceber que o sector financeiro já tem uma certa história. Porém, deve reconhecer-se que, na presente situação, ainda não se encontra num nível ideal, dando uma contribuição pequena, face ao seu potencial. Se compararmos o produto do jogo e o do sector financeiro em Macau, reparamos que o jogo, de longe, é o alicerce económico.

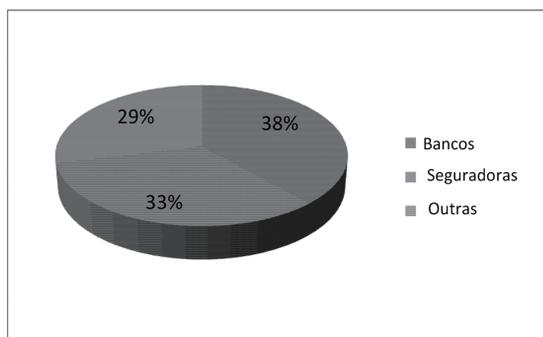
Ou seja, reconhecendo-se o pressuposto de que a economia de Macau está excessivamente dependente do sector do jogo e de que o governo está disposto a estabelecer um sector financeiro “com características próprias”, realizando assim a diversificação adequada da economia, há uma certa urgência em estudar os pressupostos que lhe são necessários.

2. Situação actual do sector financeiro de Macau

O sector financeiro de Macau já tem séculos de existência, cuja primeira encarnação foram os chamados “qianzhuang” ou “ngan hou” (pequenos bancos privados), cujas actividades, similares aos bancos modernos, incluíam o financiamento, os empréstimos, as transferências, etc. Do ponto de vista do contributo social, nos últimos anos o sector financeiro tem-se desenvolvido de forma relativamente estável. O governo da RAEM tem adoptado políticas propícias ao seu crescimento. No entanto, sobre como pesa a questão da hegemonia do jogo na estrutura produtiva local, ainda não existe a possibilidade de o seu estatuto vir a ser ameaçado.

Com base nos dados publicados pela Autoridade Monetária de Macau (AMCM), se analisarmos as características distintivas das instituições financeiras a funcionar na cidade, tais como os bancos, as companhias de seguros, etc., notamos que, desde a liberalização do jogo em 2002, até finais de 2017, havia 73, das quais 29 bancos, uma caixa económica postal, 24 seguradoras, algumas “sociedades de entrega de valores” e intermediários financeiros. Isto significa que os bancos e as seguradoras ainda representam a substância do sector financeiro de Macau, em si mesmo, muito pouco diferenciado e de pequena escala. O gráfico 2 representa a proporção das instituições financeiras locais. A tabela 1 descreve a situação dos bancos e das seguradoras nos últimos anos.

Gráfico 2: Proporção das instituições financeiras de Macau



Fonte: DSEC

Tabela 1: Situação dos bancos e das seguradoras em anos recentes

Ano	Sector bancário			Sector securitário		
	No. de bancos	No. de agências	Capital (milhões de patacas)	No. de seguradoras	Prémios (milhões de patacas)	Varição da receita dos prémios
1999	23	138	-	25	1032,70	12,40
2000	22	135	-	24	1103,20	6,83
2001	22	132	142274	24	1287,81	16,73
2002	22	131	151875	26	436,75	11,57
2003	23	132	155808	26	1585,58	10,36
2004	23	133	171028	26	1891,59	19,30
2005	26	137	216125	24	2215,40	17,12
2006	26	150	273500	24	2477,74	11,84
2007	27	154	327700	24	3225,63	30,18
2008	27	160	359600	24	3446,85	6,86
2009	26	165	27000	23	5135,93	49,00
2010	28	169	539800	23	5414,37	5,42
2011	27	175	657400	23	5756,89	6,33
2012	28	179	796100	23	5438,59	-5,53
2013	28	186	990300	23	6826,40	25,52
2014	28	194	1174400	23	8857,23	29,75

Ano	Sector bancário			Sector securitário		
	No. de bancos	No. de agências	Capital (milhões de patacas)	No. de seguradoras	Prémios (milhões de patacas)	Variação da receita dos prémios
2015	28	199	1340800	22	14115,89	59,37
2016	28	200	1390800	23	20524,13	45,40
2017	29	210	1526700	24	21621,60	5,35
2018	-	-	-	24	21163,50	-2,12

Fonte dos Dados: DSEC, Autoridade Monetária de Macau (AMM)

Com base nos dados compilados pela DSEC e pela AMCM, descrevemos na tabela a situação actual dos bancos e das seguradoras de Macau no período de 1999 a 2018. Até 2018, havia 24 empresas envolvidas em actividades securitárias. Os mesmos dados ilustram que, de entre as 24, 11 negociam seguros de vida e as restantes atuam em outras áreas. As seguradoras têm vivido um longo período de crescimento acelerado, de modo que, em 2009, se verificou um primeiro pico, quando a receita dos prémios registou um recorde histórico. Com o vigoroso desenvolvimento económico, chegados a 2013, o valor seguro restabeleceu a sua tendência de crescimento anual consistente, com percentagens acima dos 25%. Nesse período, destaca-se o ano de 2015, quando o crescimento atingiu a marca de 59,37%. As receitas dos prémios aumentaram de 1,032 mil milhões de patacas em 1999 para 21,163 mil milhões em 2018 – uma expansão mais de vinte vezes.

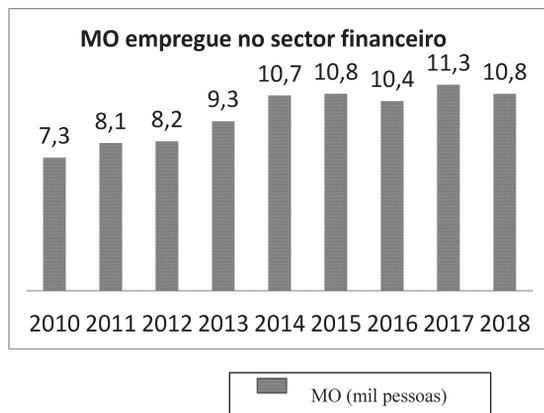
IV. Obstáculos ao desenvolvimento do sector financeiro em Macau

Do exposto, percebe-se que o desenvolvimento de Macau está sob o cabresto do jogo, o que tem uma influência directa sobre o desenvolvimento dos outros sectores. No caso do sector financeiro, que consiste fundamentalmente nos bancos e seguradoras, este responde por apenas 6,3% do PIB local, além de possuir uma estrutura muito pouco diferenciada – o que resulta numa grande desvantagem para o desenvolvimento qualitativo de Macau.

A política nacional de construir a Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau oferece oportunidades de desenvolvimento

económico a Macau. Porém, ao considerarmos a situação económica actual, ainda há imensos desafios para que se possa implementar um desenvolvimento sustentável de longo prazo, no quadro do papel estratégico de “Um Centro, uma Plataforma, uma Base”, definido pelo Governo Central para Macau. Em particular, o *item* criar serviços financeiros “com características próprias” implica problemas de diversa ordem e proporções, face à situação actual de Macau. Para além do efeito de “crowding out” que o sector do jogo exerce sobre o financeiro⁸, o nível de desenvolvimento social, económico, cultural, etc. da cidade não oferece condições para o estabelecimento do centro financeiro. Como acima dissemos, a implementação das medidas relacionadas com a RGB ajudaram Macau a resolver problemas externos, tais como a ponte HKZM aperfeiçoou diversos elementos das infra-estruturas locais; a estreita cooperação entre Macau e Hengqin nos últimos anos também teve sucesso em incitar o desenvolvimento local. Evidentemente que as condições externas para o desenvolvimento do sector financeiro de Macau já estão optimizadas. Contudo, não foram feitos ajustes adequados no que se refere às questões domésticas; por exemplo, no que se refere à oferta de mão de obra especializada e à regulamentação do sector, ainda incompleta, são problemas muito evidentes. Isso fez com que não surgisse um ambiente favorável em Macau. O gráfico 3 revela a escala da mão-de-obra do sector financeiro local.

Gráfico 3: Escala da mão de obra do sector financeiro



Fonte dos dados: DSEC

⁸ O efeito de “Crowding Out” reflecte a influência de uma determinada política financeira, adoptada pelo governo, sobre o comportamento dos outros actores numa determinada economia, reduzindo a eficácia dessas próprias políticas.

1. Oferta de mão de obra especializada

Os recursos humanos são um ponto fulcral para o desenvolvimento do sector financeiro de Macau. A esse respeito, o intercâmbio entre especialistas nessa área reveste-se de particular importância. Nos últimos anos, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos publicou uma lista com sete sectores em que há uma grande procura de profissionais, nomeadamente: jogo, vendas, hotelaria, restauração, MICE, finanças e construção. Em todos eles, verifica-se carência de mão de obra, ainda que em graus diferentes. Em concreto, com base em dados divulgados pela DSEC, aprendemos que de 2010 a 2018, a média de mão de obra empregue no sector financeiro foi de apenas 9.600 pessoas. Há uma notória insuficiência de profissionais locais, o que se explica, primeiro, pelo facto de Macau possuir uma população diminuta, com cerca de 650 mil pessoas. Assim, até finais de 2018, havia apenas 10.800 profissionais locais a actuar no ramo. Os dados também indicam que a mão de obra envolvida na área financeira responde por somente 3% do total em Macau. Desses profissionais, 49,7% possuem educação superior completa⁹. É desnecessário dizer que a carência de recursos humanos é um dos constrangimentos para o desenvolvimento sectorial, com reflexos indirectos sobre o avanço da diversificação adequada da economia.

As principais políticas para obter recursos especializados na sociedade de Macau são, justamente, formar talentos localmente ou atrair de volta do exterior especialistas qualificados. Isso significa que a “pool” de futuros empregados no sector é restrita a essas duas possibilidades. Consequentemente, o resultado é haver escassez de candidatos, merecendo ênfase os seguintes pontos:

1) Insuficiência de instituições de formação

Como acima mencionado, para criar um centro financeiro é indispensável satisfazer a procura de mão de obra. Porém, em termos de formação local de trabalhadores, a quantidade produzida fica muito abaixo do total necessário.

⁹ *Estudo sobre a procura de talentos no sector financeiro de Macau 2017-2019*, Comissão de Desenvolvimento de Talentos, Maio de 2017

Para que Macau possa atrair parte das funções financeiras disponíveis, tais como serviços bancários, de seguros, de gestão de investimentos, de *leasing*, de centro de liquidação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, entre outros, é necessário expandir, e muito, a educação superior nesse âmbito, para que se possa reforçar a formação de RH e providenciar a titulação requerida. Macau exige profissionais de ponta, tais como gerentes de investimentos, que possuam diplomas de competências internacionais, do tipo CFA, FRM, CFP, CPA, entre outros. Tendo presente a situação actual das especialidades oferecidas nas instituições de ensino superior de Macau, sabemos que apenas a Universidade de Macau (mestrado em ciências – finanças) e a Universidade da Cidade de Macau (mestrado em finanças) oferecem cursos específicos ao sector.

Assim, a quantidade de recursos humanos do sector das finanças fica muito aquém do necessário para o desenvolver, encontrando-se mesmo até num grau de relativa escassez.

2) A política de importação de recursos humanos é pouco clara

Para que se possam perceber os resultados na formação de recursos humanos locais, ainda é necessário esperar por mais alguns anos. Por isso, uma das prioridades a que os candidatos ao centro financeiro estão atentos é a de como criar escala na “pool” de profissionais disponíveis. Em geral, o que normalmente fazem é utilizar “mecanismos de importação” para atrair talentos de nível regional, ou até mesmo internacional.

Até ao momento, as principais economias do mundo continuam a criar regimes institucionais para oferecer um ambiente de trabalho propício e melhorar as condições de contratação, no sentido de atrair talentos internacionais e de conquistar as fontes desses profissionais. Voltando a Macau, é notório que a cidade sempre se tem mantido num estágio preliminar, no que se refere à criação de políticas de importação de talentos. Sob o princípio de que o governo da RAEM tem como prioridade garantir o acesso ao emprego da população, é fácil compreender o equilíbrio que tem procurado manter no mercado de trabalho. Porém, actualmente, o governo definiu o objectivo de “desenvolver novos sectores e dar impulso à diversificação adequada da economia”. É indispensável utilizar os recursos humanos para apoiar os sectores “com características próprias” a desenvolver-se, fazendo assim progredir essa diversificação económica.

2. Criação de um regime jurídico para disciplinar o ambiente financeiro

Para além da carência de mão de obra especializada, a insuficiência da base legal também é outro obstáculo para que Macau não tenha conseguido desenvolver-se como centro financeiro. Como já dissemos, o sector financeiro de Macau tem os bancos como elemento principal e as seguradoras como elemento auxiliar – as instituições de outros tipos não são muitas. A negociação relacionada com fundos e títulos é ainda localmente mais limitada. Ao reconhecer que são estreitas as perspectivas de desenvolvimento de um segmento financeiro local, cremos que isso talvez se deva não apenas à reduzida escala da economia local, mas também às leis actualmente em vigor.

A legislação é uma ferramenta para a promoção do progresso social; criar um conjunto completo de leis para as finanças é uma garantia básica para os investidores. De momento, o sistema jurídico de Macau é relativamente conservador. Seja a legislação da área comercial, sejam as normas sobre instituições financeiras, ambas têm sido postas em segundo plano. Até mesmo a lei fiduciária (relacionada com a área financeira), um tema que suscita atenção, também está à espera de novos desenvolvimentos. Num contexto em que muitas regras de gestão financeira ainda não foram complementadas, é difícil fazer avançar a construção desse sector.

O maior obstáculo ao estabelecimento de um sector financeiro em Macau é justamente o facto de não haver um sistema de leis completo o bastante para apoiar as operações desse sector – sem mesmo existirem garantias básicas para os investidores. Adicionalmente, em termos de ambiente financeiro, sabemos que a estrutura do sector é pouco diferenciada, com os bancos e as seguradoras a responder numa elevada proporção. Porque o governo da RAEM deseja implementar um sector “com características próprias” para fazer *leasing*, gerir investimentos, fundar uma plataforma de liquidação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, é difícil, face à situação actual, satisfazer a procura dos investidores globais que buscam uma distribuição razoável dos seus activos. Assim, a maior parte das empresas continuará a escolher Hong Kong, Singapura e outros grandes centros financeiros para investir.

3. O efeito de “crowding out” do sector do jogo sobre o financeiro

Desde há muito que o jogo tem gozado de um estatuto de hegemonia na estrutura sectorial da economia de Macau. De acordo com os dados da DSEC, publicados em 2017, o jogo e a intermediação respondem por 49,13% do produto local, enquanto o sector financeiro tem uma fatia de apenas 6,5%. Em Macau, o sector do jogo tem um papel análogo ao do sol do meio-dia – ofuscando todos os outros astros. Podemos verificar o efeito de “crowding out” sobre o sector financeiro em diversos campos, seja em termos da economia como um todo, seja da sociedade e mesmo dos recursos governamentais. Enquanto famoso centro internacional de jogos de azar, a estrutura económica segue o padrão de tudo girar em torno dessas actividades, incluindo as vertentes do turismo ou do consumo. A maior parte dos especialistas reconhece que há uma grande relação entre esse tipo de estrutura económica e o facto de outros sectores terminarem sendo sufocados¹⁰. É verdade que o governo local se empenha em estimular a diversificação e que está atento a que o sector do jogo se mantenha próspero no futuro, motivando a implementação de diversas reformas e inovações em prol dos chamados “elementos não-jogo”. Porém é uma pena que, até ao momento, os desafios de fortalecer o lado “não-jogo” da economia ainda não tenham sido completamente superados. Especialistas acreditam que isso se deve ao peso do sector dos jogos de azar sobre o mercado de trabalho, sobre a inflação, etc. – manifestações de “crowding out”. Há até mesmo quem diga que isso se estende ao potencial de crescimento de outros sectores (não apenas ao financeiro) e à alocação de capital estrangeiro a outras áreas¹¹.

Embora não tenha subscrito totalmente a posição acima resumida, Xie Side está de acordo em como o desenvolvimento do jogo em Macau exerce certa influência sobre os outros sectores¹². Esclarece, em detalhe, que a ascendência do sector do jogo sobre a economia local impediu que

¹⁰ Estudiosos como Chen Wenhong, Zhong Minjie, Wang Wuyi, Feng Bangyan, Xie Side, entre outros, tocaram nesse tema ao discutirem a presente situação económica de Macau.

¹¹ Chen Wenhong, Zhong Minjie, “Sobre a optimização da estrutura sectorial da economia de Macau e seu papel na região metropolitana do Delta do Rio das Pérolas”, *Studies on Hong Kong and Macao*, 2009, págs. 125-140.

¹² Xie Side, “Uma análise do efeito de crowding-out pelo sector dos jogos de azar em Macau”, *Boletim de Estudos de Macau*, 2014.

os recursos governamentais fossem melhor alocados. O PIB tem crescido consistentemente quase todos os anos desde o Retorno de Macau à Pátria, o que permitiu que o governo acumulasse uma imensa reserva financeira, no sentido de garantir o desenvolvimento sustentado da sociedade. A posse de amplos recursos financeiros é uma condição vantajosa para o desenvolvimento do sector financeiro; conseqüentemente, a sua falta traduz-se num empecilho. Já que a situação de Macau satisfaz, de longe, as suas necessidades fundamentais, desenvolver localmente um sector financeiro é uma tendência necessária. Perante escolher entre o jogo e outros sectores, ou até mesmo entre o jogo e permanecer numa atitude passiva, são poucas ou inexistentes as probabilidades de o governo, indirectamente, alocar recursos para algo mais que não seja o jogo. Desta maneira, fracassando no desafio de promover a estratificação sectorial da economia, o governo chega a reforçar a conjuntura actual, em que o jogo paulatinamente se tornou no sector hegemónico em Macau.

Faz já algum tempo que, sob o auxílio de políticas direccionadas da China, tanto a sociedade como a economia local aumentaram de nível. Neste momento, é necessário que Macau consiga criar um sector financeiro, oferecendo assim serviços “com características próprias” à Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, elevando a sua força de atracção internacional. Para que consiga concretizar este objectivo, Macau não pode apenas depender das vantagens que já possui e acima descritas, sendo até mesmo pouco provável que alcance o seu intento desta maneira. As principais razões para tal são que Macau não dispõe dos recursos humanos necessários, o regime regulatório é fraco e o sector do jogo exerce “crowding out” sobre o sector financeiro. Por outras palavras, é necessário reforçar os dois grandes critérios de capital humano e de nível de desenvolvimento do sector financeiro em Macau.

V. Sugestões

Desde a liberalização do sector dos jogos de azar, este sector ocupa uma tal proporção na economia que o seu estatuto é difícil de alterar, pois ele não apenas transformou o modelo produtivo de Macau, como também produziu mudanças na estrutura social e provocou um desenvolvimento seriamente desequilibrado e assimétrico da economia. As suas sequelas influenciam o desenvolvimento sustentado de Macau. Sob o peso desse ambiente económico, o sector financeiro tem-se desenvolvido

muito lentamente. Nesse processo, temo-nos deparado com um constrangimento – seja a mão de obra limitada, seja a insuficiência regulatória, ou ainda o “crowding out” causado pelo jogo, cada um desses factores em certa medida restringe o desenvolvimento do sector financeiro, não sendo propício ao objectivo da diversificação adequada da economia e, indirectamente, tem prejudicado o papel que Macau deve exercer na Região da Grande Baía.

Por tais motivos, de hoje em diante Macau deve ter cuidado ao tratar da questão do desenvolvimento económico, evitando continuar a depender do sector do jogo. No que toca ao sector financeiro, especificamente, o governo deve desenvolver activamente os seus factores fundamentais, seja importando um grande número de especialistas, seja completando o sistema regulatório, acelerando, desta forma, o estabelecimento do seu sector financeiro. Oferecemos as seguintes recomendações:

1. Desenvolver activamente os factores fundamentais de um sector financeiro

Através da construção da RGB e do aperfeiçoamento das infra-estruturas básicas, Macau deve responder às exigências da integração regional e participar na construção de interconexões físicas com os seus vizinhos. Adicionalmente, deve implementar, em bom tempo, medidas como a disseminação de pagamentos electrónicos, a universalização do acesso à *internet*, a criação de novas rotas aéreas, etc. Nos últimos anos, a cooperação estreita mantida entre Macau e Hengqin também tem sido um forte estímulo para a reforma do modelo de desenvolvimento de Macau. Essa é uma cooperação que tem que ser mantida em duas direcções, sendo também necessário abrir frentes de desenvolvimento conjunto com outras cidades.

Depois, Macau deve utilizar as suas vantagens únicas para criar os factores indispensáveis a um sector financeiro, promovendo o seu estabelecimento. Cada passo que seja dado nessa direcção, tem que fazer bom uso das vantagens únicas de que dispõe. Macau tem muito dinheiro, sendo um dos mais importantes centros de jogo do mundo. O jogo tornou-se um sector de alta rentabilidade em Macau. O relatório “Perspectivas da economia internacional”, publicado pelo FMI em Outubro de 2018 previu que, em 2019, a economia de Macau cresceria 6,3%, mais do que os 1,8% esperados para o grupo de “economias avançadas da Ásia”. Pe-

rante este facto, deve o governo da RAEM ser capaz de fazer campanhas de divulgação, para que os investidores do exterior possam vir a Macau contribuir para melhorar o ambiente de negócios da cidade.

Ao mesmo tempo que preserva uma situação política estável, Macau também deve resolver, de forma atenta e pró-activa, as necessidades da população sobre qualidade de vida, tratando dos problemas sociais de forma adequada e aprimorando um sistema de garantias para a comunidade. Ao considerarmos os diversos centros internacionais espalhados pelo globo, aprendemos que os governos mantêm-se atentos à população e respondem às suas exigências. A “estabilidade social” foi sempre um objectivo perseguido pelos governos de qualquer lugar do mundo. A razão para tanto é que um ambiente social harmonioso não apenas estimula o desenvolvimento saudável de uma sociedade, como também é condição para o crescimento económico. Um ambiente social estável politicamente ajuda, e muito, a atrair investimentos e oportunidades comerciais, além de ser um caminho útil para atrair recursos humanos especializados. Assim, para além de se esforçar por criar maior prosperidade económica, o governo da RAEM também deve dar ênfase à harmonia social.

2. Importar grande número de recursos humanos especializados

Relativamente ao problema da escassez de recursos humanos especializados no sector financeiro, Macau deve valorizar a formação de recursos humanos locais, encorajando, em diversos níveis, ainda mais as instituições a participarem no trabalho educativo nesse âmbito.

No entanto, importa notar que será necessário um período relativamente longo para que se possa fazer formação ou atrair do exterior os residentes de Macau que por lá tiveram sucesso. Esses métodos são condição para o desenvolvimento de um sector financeiro local a longo prazo, mas não podem cuidar do problema urgente que é a inexistência de massa crítica neste momento. Assim, para além do que já está a ser feito localmente, importa aliar também a política de atrair recursos do exterior.

Apesar de os regimes adoptados pelo governo da RAEM já preverem uma política dedicada à importação de recursos humanos, essa política tem muitas deficiências. Some-se o facto de serem estreitos os horizontes para o desenvolvimento económico local e entenderemos a razão para a

situação vergonhosa em que há perda líquida de talentos para o exterior. Assim, torna-se necessário reajustar toda a política de importação de talentos do governo. De forma concreta, vemos a necessidade de o governo estabelecer um regime aberto e transparente, com a oferta de melhoria de condições aos especialistas a importar, delimitando com clareza o conteúdo dessa política e explicando-a à população. Podemos considerar fazer um *update* do actual sistema de avaliação e notação dos recursos humanos, por exemplo, tornando-o mais concreto, mais detalhado, podendo até instituir-se um mecanismo independente de supervisão, a quem seria confiado o procedimento de importação, após o que esse mecanismo poderia divulgar informações à população. Assim se facultaria aos moradores de Macau o conhecimento dos procedimentos desse regime e, sendo o caso, se poriam inclusive em dúvida. Ao realizar o aperfeiçoamento dessa política, deve acrescentar-se um *item* particular, direccionado para a questão do centro financeiro “com características próprias”. No que concerne às regras para a importação de recursos humanos, acreditamos que devem ser muito claras e detalhadas, dispendo sobre o tratamento privilegiado a ser dispensado a tais profissionais, ao mesmo tempo que se permite redefinir as cotas de candidatos seleccionados, ano a ano.

Para desenvolver o sector financeiro em Macau com celeridade, é absolutamente indispensável que se reforme o regime de importação de recursos humanos. Actualmente, o número de especialistas nesse ramo é insuficiente, o que também se deve ao facto de o regime existente não ter sido capaz de responder às necessidades. Isso limitou os avanços que Macau deveria ter feito, de acordo com o estatuto que lhe foi atribuído no contexto da Região da Grande Baía. Logo, o governo da RAEM deve ajustar esse regime, sendo necessário oferecer todo o tipo de regalias para formar, atrair e manter os especialistas em Macau, permitindo-lhes que aqui prosperem.

3. Completar o sistema regulatório do sector financeiro

Neste momento, as principais actividades regulatórias desempenhadas pela Autoridade Monetária de Macau referem-se à permissão de acesso ao mercado financeiro, à regulação sobre adequação de capital, liquidez e controlo sobre branqueamento de capitais, entre outras. Além disso, o sistema de leis financeiras na RAEM continua ainda relativamente simples. Com a finalidade de transformar Macau num centro de servi-

ços financeiros, é necessário promover uma reforma jurídica no campo da regulação financeira, adequando-a aos padrões adoptados internacionalmente, estabelecendo regras e leis para os investimentos financeiros, no sentido de atrair mais investidores, garantindo os seus interesses.

Tem enorme importância criar um bom ambiente jurídico e regulatório no campo das finanças. Nos últimos anos, a regulação financeira tem mundialmente recebido uma atenção cada vez maior. Algumas questões intensamente debatidas nesse campo envolvem como disciplinar as instituições bancárias de larga escala para não causarem novos riscos; como manter a coordenação internacional eficaz; como se proteger das crises causadas pelo *e-commerce*, entre outras. É necessário que o sistema jurídico de Macau nessa área se adequue, atempadamente, à direcção do desenvolvimento económico local, para tanto seguindo as tendências das leis financeiras internacionais. A sociedade local não pode ignorar o facto de, perante um problema tão importante, tão imediato, a RAEM ainda se encontrar numa situação tão atrasada.

Importa que Macau suplante, com a devida urgência, as suas fraquezas nesse domínio, podendo, para tanto, tomar por referência o regime do sector financeiro de Hong Kong. Enquanto importante centro mundial de gestão de investimentos, aquela cidade já conta com leis e regimes completos em diversos aspectos. O seu trabalho de regulação é forte e consistente. Nesse particular, Macau pode inspirar-se nas regras e leis de Hong Kong, as instituições legislativas locais podem aprovar revisões ao sistema jurídico já existente, enriquecendo as diversas formas de realização de operações de *leasing*, de gestão de investimentos e, também, de instituir sociedades *offshore*. Além disso, vale a pena aumentar a transparência das políticas regulatórias dos bancos locais, adoptando medidas regulatórias mais rigorosas para a divulgação de informações (*disclosure*) sobre as instituições financeiras. Adicionalmente, Macau deve desenvolver as chamadas finanças “com características próprias”, aumentando os apoios técnicos às operações de carácter inovador. É ainda necessário reforçar os julgamentos financeiros, construindo um bom ambiente judiciário, padronizando os procedimentos no mercado financeiro, promovendo a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento veloz do sector. Também é recomendável estudar as experiências de Shenzhen e de Xangai que, num período curto, foram capazes de criar legislação específica. Só criando um regime jurídico subsidiário completo é que Macau será capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pela Grande Baía Guangdong-Hong

Kong-Macau e ter sucesso nos ajustes exigidos pela diversificação adequada da economia.

O desenvolvimento de um sector financeiro é sinal de prosperidade e induz o desenvolvimento económico. Por isso, todos os governos se esforçam nesse sentido. Porém, ao observarmos a situação mundial, contactamos que não é fácil fazê-lo. Para responder aos desafios, não basta fazer bom uso das vantagens que já se possuem, como recursos financeiros abundantes ou estabilidade política, nem aproveitar a ajuda prestada pela RGB. Para desenvolver o seu próprio sector financeiro, Macau ainda se defronta com obstáculos como a escassez de especialistas, o atraso do sistema jurídico e a alocação deficiente de recursos pelo governo da RAEM. Essas são questões às quais o governo deve atribuir alta prioridade, adoptando políticas direccionadas no sentido de apoiar o crescimento do sector. Desde que Macau admitiu o jogo como principal motor do seu desenvolvimento, é verdade que a economia avançou muito rapidamente, mas o sector financeiro não saiu beneficiado. A principal razão para tal tem sido que os factores produtivos requeridos (assim como a respectiva plataforma) ainda não estão prontos – e nem mesmo o problema da criação de um sector financeiro em si mesmo mereceu a devida atenção.

Tendo em vista a construção, em curso, da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a RAEM recebeu bem o seu novo papel económico. Perante essas novas oportunidades, é necessário que partipe activamente na RGB, enquanto deve realizar, simultaneamente, o ajuste da estrutura económica local de uma forma geral e sistemática. Nesse processo, deve envidar todos os esforços para que a economia de Macau progrida em direcção à diversificação adequada, com estabilidade. Se Macau tiver por necessária a criação de um centro financeiro, pode utilizar o Índice dos Centros Financeiros Internacionais (GFCI) como principal referência durante a implementação dos seus planos.

